



## “Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

**Eixo temático:** Ética, Direitos Humanos e Serviço Social

**Sub-eixo:** Ética e ética profissional: fundamentos ontológicos e objetivações cotidianas

### APROXIMAÇÕES TEÓRICAS À CATEGORIAS FUNDAMENTAIS PARA A COMPREENSÃO DA ÉTICA DA PERSPECTIVA LUKACSIANA

OLEGNA <sup>1</sup>  
SILMARA <sup>2</sup>

**Resumo:** Este artigo, construído através de revisão bibliográfica, e que é parte de pesquisa em construção sobre a transversalidade da ética na formação profissional do assistente social, apresenta aproximações teóricas construídas, a partir da leitura do capítulo “O trabalho” da Ontologia do Ser Social, às categorias dever ser, valor e liberdade. Considera-se, no artigo, que ao evidenciar a relação entre teleologia e trabalho, Lukács demarca o rompimento da ontologia inaugurada por Marx em relação à tradição filosófica e que, a partir desse rompimento, lança novas bases para a compreensão dessas categorias que são fundamentais para a compreensão da ética como práxis.

**Palavras-chave:** Teleologia, Dever-ser, Valor, Liberdade.

**Abstract:** This article, built through a bibliographic review, and which is part of a research under construction on the transversality of ethics in the professional training of the social worker, presents theoretical approaches built, from the reading of the chapter "The work" of the Ontology of the Social Being, to the categories ought to be, value and

---

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual De Londrina

2 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Estadual De Ponta Grossa

freedom. It is considered, in the article, that by evidencing the relationship between teleology and work, Lukács marks the rupture of the ontology inaugurated by Marx in relation to the philosophical tradition and that, from this rupture, launches new bases for the understanding of these categories that are fundamental for the understanding of ethics as praxis.

**Keywords:** Teleology, Ought to be, Value, Freedom.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo socializa parte de reflexões construídas em uma das etapas de uma pesquisa, em andamento, sobre o debate da transversalidade da ética na formação profissional do assistente social<sup>3</sup>. Refere-se extratos da revisão bibliográfica construída na primeira etapa da pesquisa, especificamente o extrato que se dedica à leitura estrutural do capítulo I, “O trabalho”, da Ontologia do Ser Social II, de G. Lukács. O propósito de socializar, sob a forma de artigo, a síntese de alguns aspectos dessa leitura, vincula-se à expectativa de contribuir com o debate da ética profissional no Serviço Social na contemporaneidade que, desde a década de 1990, elege a ontologia do ser social como fonte filosófica para tais debates e, que inclusive, já tem produções teóricas contundentes a esse respeito. No artigo pretende-se, apenas, apresentar reflexões que possam, de alguma forma, se inserir nesses debates.

Optou-se por apresentar o artigo uma única sessão, na expectativa de evidenciar aspectos que são importantes para um propósito maior: entender argumentos construídos por G. Lukács, sobre dever-ser, valor e liberdade, que são construídos ao longo de um dos capítulos da afirmação da ontologia do ser social que, para ele, é inaugurada com os escritos de Kar Marx. Procurou-se situar, inicialmente, aspectos da radicalidade da concepção de teleologia construída por G. Lukács, a partir da teoria social de Kal Marx, em relação à tradição filosófica, uma vez que nessa construção, a teleologia se inscreve como pôr teleológico e se situa no trabalho. A partir desse debate, situam-se três categorias dever-ser e valor.

---

3 Neste artigo oculta-se a identificação da pesquisa para preservar o anonimato necessário quando de sua avaliação pelos pareceristas do evento.

Cumprir explicar, contudo, que o artigo foi escrito a partir de leitura estrutural e que prioriza alguns aspectos das reflexões construídas pelo autor sem adentrar nas interlocuções que ele faz com diferentes expoentes da tradição filosófica na construção de seus argumentos; haja vista cada uma dessas interlocuções exige um esforço analítico que ultrapassa os limites desse artigo. Segue, então, o subtítulo que se utilizou para apresentar alguns resultados dessa leitura.

## **2. A CENTRALIDADE DA CATEGORIA TRABALHO NA DETERMINAÇÃO DO DEVER-SER, VALOR E LIBERDADE.**

Lukács (2012), no item que apresenta como “questões metodológicas preliminares”<sup>4</sup>, considera que todos os enunciados de Karl Marx são afirmações “puramente ontológicas” (Lukács, 2012, p, 281). E, a partir dessa premissa, mostra que nos Manuscritos Econômico- Filosóficos, estão os aspectos fundantes de uma nova ontologia, uma vez que nesta obra, “(...) pela primeira vez na história da filosofia, as categorias econômicas aparecem como categorias da produção e reprodução da vida humana, tornando, assim possível uma exposição ontológica do ser social sobre bases materialistas” (Lukács, 2012, p. 285). Posta esta afirmação, o autor já alerta para o cuidado que reitera várias vezes, ao longo da sua obra: “(...) o fato de a economia ser o centro da ontologia marxiana não significa, absolutamente, que sua imagem do mundo seja fundada no economicismo” (Lukács, 2012, p. 285). E, considera que, na interlocução e debates com a economia política, nesses Manuscritos, Marx evidencia, pela primeira vez, o trabalho como fundante do ser social.

Essa centralidade do trabalho na gênese e desenvolvimento do ser social é objeto central de toda construção filosófica que G. Lukács apresenta, sobretudo, no capítulo primeiro da Ontologia do Ser Social II<sup>5</sup>. Nesta perspectiva, na análise sobre a gênese e desenvolvimento do ser social, o ser que se afasta das barreiras naturais ao transformar-se de ser orgânico em ser social. Lukács ressalta que tal

---

4 Na tradução da Boitempo está no IV capítulo da Ontologia do Ser Social I (2012).

5 Conforme tradução da Boitempo (2013).

transformação se efetiva “à maneira de um salto ontologicamente necessário” (p. 43) e que esse salto se dá no trabalho; haja vista que é no trabalho que a atividade humana se diferencia das atividades dos animais. O trabalho, diz Lukács, nasce “em primeiro lugar (...) em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produtos de sua autoatividade” (p. 43). Desta forma, é por meio do trabalho que a sociedade humana cria suas próprias condições de reprodução. Tal possibilidade evidencia uma nova concepção de teleologia: o pôr teleológico como essência do trabalho.

Com esta tese, Lukács abre um debate com a tradição idealista e com toda perspectiva filosófica que vincula a direção das ações humanas à realização de uma essência apriorística. Para ele a teleologia é uma categoria posta, ou seja, “todo processo teleológico implica o pôr de um fim e, portanto, numa consciência que põe fins” (p. 48). E o filósofo reafirma: o por teleológico não é, portanto, uma categoria cosmológica universal; haja vista que não há o “finalismo atuando no mundo orgânico” como propunha Aristóteles; não é possível conceber a “teleologia como motor da história”, como postulava Hegel. Citando Marx, Lukács afirma: O “trabalho não é uma das formas fenomênicas da teleologia em geral, mas o único ponto onde se pode demonstrar ontologicamente um pôr teleológico como momento real da realidade material” (p. 51).

Dois aspectos são fundamentais a se destacar nesses argumentos. Um primeiro refere-se à crítica de Lukács às concepções de mundo fundadas na teleologia universal, na qual o sentido da existência tende a ser atribuído a um autor consciente. São concepções que, segundo o autor, advêm da própria necessidade humana de atribuir sentido tanto à existência, quanto à existência do mundo, quanto em relação aos acontecimentos da vida individual. É uma tendência constante na vida cotidiana e, por isso, é “muito rara uma ruptura decisiva com o domínio da teleologia na natureza, na vida, etc.” (p. 49). Por esta via, inclusive, a necessidade religiosa permanece “operante na cotidianidade” e tem influência “também de maneira espontaneamente forte territórios mais amplos como o da vida imediata” (Lukács, 49). Essa demarcação é fundamental para refletir sobre a radicalidade da perspectiva ética sinalizada por Lukács: o rompimento com uma tendência cotidiana

a atribuir ações humanas a um bem ou mal, como se houvesse caminhos pré-determinados por uma finalidade universal que preside essas ações.

Um segundo aspecto refere-se ao fato de que, a teleologia que constitui no trabalho (o pôr teleológico) coexiste com a causalidade<sup>6</sup>; ou seja, essas são opostas, mas permanecem “no interior de um processo real, unitário, cuja mobilidade é fundada na interação entre esses opostos e que, para tornar real essa interação, age de forma que a causalidade, sem ver atingida sua essência, também se torna posta” (p. 52). Tal coexistência, como nos lembra Heller (2008, p. 11), auxilia a interpretação da tese de Marx de que os homens fazem sua própria história, mas a fazem diante de condições previamente dadas. Nas palavras da autora:

À primeira vista, o princípio da imanência implica no fato da teleologia, ao passo que o princípio da objetividade naquele da causalidade; os homens aspiram a certos fins, mas estes estão determinados pelas circunstâncias, as quais de resto, modificam tais esforços e aspirações, produzindo desse modo resultados que divergem dos fins inicialmente colocados etc. Mas essa distinção seria verdadeira tão-somente se *circunstância* e *homem*<sup>7</sup> fossem entidades separadas. Todavia, essas *circunstâncias* determinadas nas quais os homens formulam finalidades são as relações e situações socio-humanas, as próprias relações e situações sócio humanas mediatizadas pelas coisas. (Heller, 2008, p.11).

Lukács reitera, ao longo de sua argumentação na obra “Ontologia do Ser Social” sobre a importância da interpretação correta desta tese de Marx, para sinalizar que quando este afirma que o “ser determina a consciência”; não atribui menor valor ontológico à consciência; mas apenas sinaliza que do ponto de vista ontológico “pode haver ser sem consciência, enquanto toda consciência deve ter como pressuposto algum ente” (Lukács, 2012, p.307); não se trata, portanto, de uma “hierarquia entre de valor entre ser e consciência” (Lukács, p. 2012, p. 307).

Nessas reflexões, ressalta-se, também, a crítica ao determinismo material que, tal como a crítica à teleologia natural. Tais críticas são importantes para a defesa da ética como práxis que é construída, embora não de forma direta, ao longo da

---

6 Lukács explica, ao longo das reflexões sobre essa conexão entre teleologia e causalidade, sobre a diferença entre causalidade natural e causalidade posta. Em sua conferência publicada sob o título de “As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem” (aqui utilizamos a publicada pelos Cadernos NEAN, PUC,1996), explica que a causalidade representa a lei espontânea na qual todos os movimentos de todas as formas de ser encontram sua expressão geral, a teleologia é um modo de por posição sempre realizada por uma consciência- que, embora guiando-se em determinada direção, pode movimentar apenas séries causais” (Lukács, 1996.18)

7 Grifos das autoras.

argumentação lukácsiana. Nessas reflexões, é fundamental a demarcação que Lukács faz entre natureza e trabalho como pôr teleológico. Ao sinalizar para essa diferença ontológica, alerta que as perspectivas religiosas ou idealistas, não a consideram, uma vez que afirmam o domínio universal da teleologia como se essa diferença não existisse. Não se surpreende, diz Lukács, que nessas perspectivas, “a atividade propriamente dita do homem (...) perca sempre mais valor e que a única atividade propriamente humana caia ontologicamente do céu pronta e acabada (...) como mundo do dever ser contraposto ao ser” (Lukács, 2013, p. 62).

Na atividade humana, ou seja, no trabalho, o “o por dos fins e dos meios” é ato dirigido pela consciência, a qual:

com o por teleológico (...) ultrapassa a simples adaptação ao ambiente (...) e executa na própria natureza modificações que, para os animais, seriam impossíveis e até inconcebíveis. O que significa que, na medida em que a realização torna-se um princípio transformador e reformador da natureza, a consciência que impulsionou e orientou tal processo não pode ser mais, do ponto de vista ontológico, um epifenômeno.” (Lukács, 2013, p. 63)

A partir desta nova perspectiva ontológica em que pôr teleológico se dá no trabalho como forma originária de práxis e que se constrói em sua coexistência com a causalidade; ou seja, na ênfase à objetividade do trabalho, Lukács reflete, entre outras determinações, sobre a relação entre o espelhamento da realidade e o correlato das cadeias causais sem as quais não é possível o pôr teleológico. Considera que se trata de uma “indissociável independência” entre esses dois atos que, entre si são “mutuamente heterogêneos [e que] perfazem o fundamento ontológico da práxis social e até o ser social em seu conjunto: por um lado “o espelhamento mais exato possível da realidade considerada” e, por outro lado, “o correlato pôr das cadeias causais que (...) são indispensáveis para o pôr teleológico” (Lukács, 2013, p.65).

Na análise desse espelhamento, considera que este revela uma separação precisa “entre os objetos que existem independente do sujeito e os sujeitos que figuram esses objetos, por meios de atos da consciência, com maior ou menor grau de aproximação, e que podem convertê-los em uma possessão espiritual própria” (Lukács, 2013, p. 65). Assim, o espelhamento tem uma natureza peculiar contraditória: ele é o oposto a qualquer ser, ou seja, ele é não ser e é, também, o

“veículo a através do qual surgem novas objetividades no ser social, para reprodução deste no mesmo nível ou em um nível mais alto. Deste modo, a consciência que espelha a realidade adquire certo caráter de possibilidade” (Lukács, 2013, p. 65). E sobre a transição deste espelhamento, como não ser, até o ser ativo afirma:

A transição desde o espelhamento como uma forma particular do não ser até o ser ativo e produtivo, do pôr nexos causais, constitui uma forma desenvolvida da *dýnamis* aristotélica<sup>8</sup>, que pode ser considerada como caráter alternativo de qualquer pôr no processo de trabalho” (Lukács, 2013, p. 71).

Com esta análise, Lukács afirma, então, que possibilidade de escolha entre alternativas, torna-se um ato de consciência e não se restringe a um caráter biológico e, a partir do exemplo da escolha de uma pedra como necessária para uma determinada atividade, passa a refletir sobre a heterogeneidade e complexidade dessa escolha. Afirma, que diante da observação e experiência, isto é, mediante o espelhamento e a sua elaboração na consciência, devem ser reconhecidas certas propriedades da pedra que a tornam adequada e inadequada para a atividade pretendida” (Lukács, 2013, p. 71). É possível, então, diz o autor, questionar: é certo ou errado a escolha de uma pedra para determinados fins? Não se trata de uma resposta simples; não se trata de um “ato de decisão, mas de um processo, uma cadeia ininterrupta temporal de alternativas sempre novas” (Lukács, 2013, p.71); tal é caráter complexo da alternativa concreta; a decisão de um homem concreto ( ou de um grupo de homens) a respeito das melhores condições de realização concretas de um concreto fim.

Com esta análise, Lukács retoma “a conjunção ontológica de teleologia e causalidade posta” (Lukács, 2013, p. 98), não mais para mostrar o processo objetivo do trabalho; mas para analisar “que mudanças ontológicas esse salto do homem da esfera do ser biológico ao ser social” provoca no “modo de comportamento do sujeito” (Lukács, 2013, p. 98). Situa-se, nessa reflexão de Lukács dois pilares fundamentais para a construção da ética na perspectiva da ontologia do ser social: dever ser e valor. Diz o autor:

---

8 O autor dedica-se a uma longa reflexão sobre a *dýnamis* (potência) aristotélica e nessa reflexão retrata o movimento que constitui o processo de trabalho, a partir da sua teleologia e da alternativa que se põe pela causalidade natural e também daquela que resulta e é mediatizada por causalidades postas.

A situação durante o surgimento inicial do dever ser é bastante simples: o pôr da causalidade consiste precisamente em reconhecer aquelas cadeias e relações causais que, quando escolhidas, influenciadas, de modo adequado, podem realizar o fim posto e do mesmo modo, o processo de trabalho nada mais significa que esse tipo de atuação sobre relações causais concretas com o objetivo de realizar o fim". (Lukács, Lukács, 2013, p. 99).

Nesta análise, as ações dos homens devem estar a serviço do fim estabelecido na respectiva posição teleológica; ou seja, a um dever ser. Assim, a origem do dever-ser se dá "a partir da essência teleológica do trabalho" (Lukács, 2013, p. 104); é necessário, contudo, para entender essa gênese do dever-ser, ter como ponto de partida que o trabalho é modelo de toda práxis social,

(...) ou seja, que entre o modelo e as suas sucessivas e mais complexas variantes há uma relação de identidade e não identidade. A essência ontológica do dever ser no trabalho dirige-se, certamente, ao sujeito que trabalha e determina não apenas o seu comportamento no trabalho, mas também seu comportamento em relação à si mesmo, enquanto sujeito do processo de trabalho. Este, no entanto (...) é o fundamento ontológico do metabolismo entre homem e natureza. Esta constituição do fim, do objeto e dos meios, também determina a essência do comportamento subjetivo. E, sem dúvida, também do ponto de vista do sujeito, um trabalho só pode ter êxito ou fracasso se realizado com base numa intensa objetividade, e desse modo, a subjetividade, nesse processo tem que desempenhar um papel produtivamente auxiliar. (Lukács, 2013, p. 104).

Com esta afirmação, Lukács considera que as possibilidades (capacidades) de ação do sujeito influenciam, e de forma determinante, "o curso do processo do trabalho", mas tais possibilidades são, sempre, orientadas para algo externo a elas; para a "dominação fática e a transformação material do objeto através do trabalho" (Lukács, 2013, p. 104). Daí a importância fundamental do dever-ser que, nessa orientação (mobilização) "apela a determinados aspectos da interioridade do sujeito" (Lukács, 2013, p. 104) E, assim, "suas demandas são formuladas de tal maneira que as mudanças no interior do homem proporcionam um veículo para maior domínio do metabolismo com a natureza" (Lukács, 2013, p. 104). Ou seja, no trabalho e como efeito do dever-ser, aparece pela primeira vez, o autodomínio das inclinações, dos hábitos espontaneamente biológicos que "são regulados e orientados pela objetividade que é própria da existência natural do objeto, dos meios de trabalho etc. Trata-se de "uma objetividade reguladora". Tal é a base para apreender corretamente "o dever-ser que no trabalho, age sob o sujeito, modificando-o" (Lukács, 2013, p. 104).

O trabalho como valor de uso, em seu sentido originário e restrito, é um

processo que se dá entre a atividade humana e a natureza, ou seja, “seus atos estão voltados para a transformação de objetos naturais em valor de uso”, contudo a partir dele se “formas mais desenvolvidas da práxis social” e nelas, se destacam, em primeiro plano, a ação sobre outros homens. Nessas formas de práxis mais desenvolvidas, estamos diante de pores mais complexos, mas em tais formas, tal como a que se realiza no trabalho em sua forma mais primária, se dá a gênese do dever ser, de atos nos quais “não é o passado, na sua espontânea causalidade, que determina o presente, mas, ao contrário, é a tarefa do futuro, teleologicamente posta o princípio determinante da práxis a tais atos” (Lukács, 2013, p. 105). Quando,

o fim teleológico é o induzir outros homens a pores que eles mesmos deverão realizar, a **subjetividade de quem põe adquire um papel qualitativamente diferente** e, ao final, o desenvolvimento das relações sociais entre os homens implica também que a autotransformação do sujeito se torne um objeto imediato de pores teleológicos, cujo caráter é um dever ser” (Lukács, 2013, p. 105)

Enfim, nessa perspectiva ontológica, o dever-ser, cuja gênese ontológica ocorre a partir da essência teleológica do trabalho, têm como possibilidades objetivas e, também, subjetivas; e ocorre no plano das teleologias primárias ou secundárias; em ambas ele está intimamente relacionado ao valor, posto que este influi sobre as posições teleológicas, primárias ou secundárias, e sobre os seus resultados.

Com relação ao valor, Lukács o situa, a priori, como princípio de avaliação do produto realizado” (Lukács, Lukács, 2013, p. 106), a qual se partir da objetividade social do objeto e “atos subjetivos valorativos” apenas se limitam “a tornar consciente a utilidade objetiva do valor” (Lukács, 2013, p. 108). A gênese ontológica do valor está, portanto, em linhas gerais, no trabalho como produção de valor de uso, ou seja, “alternativa do que é útil ou inútil para a satisfação das necessidades está posta como problema da utilidade, como elemento ativo do ser social” (Lukács, 2013, p. 111). É por este fato, diz Lukács, que quando nos referimos à objetividade do valor, de imediato, é possível observar que ele “contém uma afirmação do pôr teleológico correto, ou melhor dizendo: a correção do pôr teleológico – pressuposto para a realização correta – significa a realização correta do respectivo valor”

(Lukács, 2013, p. 111). Mas é preciso ter cuidado para evitar exageros na abstração da objetividade e ressaltar o caráter ontológico do “se...então” (exemplo, a faca só é útil se corta bem). Trata-se de uma estrutura orientada apenas para a legalidade e não para uma esfera abstrata absoluta.

O próprio valor está presente objetivamente e é exatamente a objetividade que determina mesmo que objetivamente não com a certeza adequada e subjetivamente sem uma consciência adequada- os pores teleológicos singulares, orientados para o valor” (Lukács, 2013, p. 113).

Mesmo no processo econômico que se desenvolve e se “socializa sempre mais complicado” que o trabalho simples, estamos diante do resultado de pores teleológicos singulares e de suas realizações, ambos na forma de alternativas” (Lukács, 2013, p. 113). É preciso, entretanto, salientar que “o movimento do conjunto das cadeias causais assim originadas produz (...) um movimento social, cujas determinações últimas se sintetizam numa totalidade” (Lukács, 2013, p. 113) e esta atinge um nível em que não é mais “compreensível “pelos sujeitos econômicos singulares - que operam os pores e decidem entre as alternativas”, de forma imediata (Lukács, 2013, p. 113). Nestas condições, as decisões dos sujeitos não podem ser orientadas pelo valor, de maneira absoluta, “como acontecia no trabalho simples, criador de valor de uso” (Lukács, 2013, p. 113); ao contrário, muitas vezes, eles não conseguem compreender, de forma correta, as consequências de suas decisões.

No desenvolvimento do trabalho (divisão do trabalho e lei geral da produção), estamos diante de um movimento que converge para a realização de categorias sociais a partir do “seu ser em si originário até um ser para si mais ricamente determinado e sempre efetivo” Lukács, 2013, p. 144). O ser em si dessa sociabilidade e que chegou a si mesmo é o próprio homem na sua práxis social concreta “o homem que com suas ações e nas suas ações encarna e faz da realidade o gênero humano” (Lukács, 2013, p. 114). Ou seja, há um nexos “universalmente necessário, entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento do homem”:

A práxis econômica é consumada pelo homem – através de atos alternativos - mas a sua totalidade constitui um complexo dinâmico objetivo, cujas leis, ultrapassando a vontade de

cada homem singular, se lhe opõem como sua realidade social objetiva, com toda a dureza dessa realidade, e apesar disso, produzem e reproduzem, na sua dialética processual, em nível sempre mais elevado, o **homem social; mais precisamente: produzem e reproduzem, tanto as relações que tornam possível o desenvolvimento superior do homem, como no próprio homem, aquelas faculdades que transformam em realidade tais possibilidades**” (Lukács, 2013, p. 115)

Na análise da objetividade do valor econômico, Lukács chama atenção para a gênese do movimento contraditório que o caracteriza. Destaca que se esta objetividade, essencialmente, está fundada no metabolismo entre o homem e a sociedade; na verdade a realidade objetiva, ultrapassa “esse nexos elementar”. Ou seja, no trabalho como valor de uso, a utilidade que estabelece o valor do produto, e que está vinculada à necessidade, já “põe em marcha no homem que o realiza, um processo cuja intenção objetiva - independente do grau de consciência- está voltada para o superior desenvolvimento do homem” (Lukács, 2013, p. 116); para uma intensificação de valores num

duplo movimento contraditório: de um lado o caráter de utilidade do valor de uso sofre uma intensificação em direção ao universal, para o domínio de toda vida humana e isso acontece simultaneamente ao tornar-se cada vez abstrato da utilidade, na medida em que o valor de troca, sempre mediado, elevado à universalidade e em si mesmo contraditório, assume um papel de guia no intercâmbio entre os homens, sem que com isso se possa esquecer que a vigência do valor de troca sempre pressupõe que este se baseie no valor de uso. O novo é, então, desdobramento contraditório dialético, das determinações originárias, já presentes na gênese, e não a sua simples negação abstrata (Lukács, 2013, p. 116)

Não é, portanto, por acaso, diz Lukács, o termo *homo economicus*; o comportamento imediato do homem “em um mundo onde a produção se tornou social, mas, ressalta: apenas o comportamento imediato” (Lukács, 2013, p. 117). A partir dessa chave é que se torna possível tornar viável a relação entre a esfera econômica e “outros âmbitos da práxis humana” (Lukács, 2013, p. 117). Considera, então, que em sua totalidade, o desenvolvimento econômico não é um desenvolvimento teleologicamente posto, embora tenha seus fundamentos “nos pores teleológicos dos homens singulares” (Lukács, 2013, p.119). Ou seja, o desenvolvimento econômico “consiste em cadeias causais espontaneamente necessárias” e, dessa forma, os modos fenomênicos dessas cadeias, “cada vez mais histórica e concretamente necessários podem dar origem às mais agudas contraposições entre o progresso objetivamente econômico – e por isso objetivamente da humanidade- e as suas consequências humanas” (Lukács, 2013,

p. 119). Tais contraposições evidenciam que:

**enquanto a tomada de posição perante o desenvolvimento econômico** como tal, baseada mais ou menos no modelo de trabalho simples, **é largamente unívoca, nas tomadas de posições morais perante certas consequências da economia sobre a vida parece dominar um antagonismo de valores**<sup>9</sup>

Isso ocorre porque:

o processo econômico se desenrola com uma unicidade causal determinada, as reações a ele têm de provocar uma – imediata- unicidade de valor (...) essa unicidade na diferenciação entre alternativas econômicas e alternativas não mais econômicas, humano-morais, nem sempre é tão nítida como no caso do trabalho que é um simples metabolismo com a natureza (Lukács, 2013, p. 120)

Para exemplificar os conflitos que nascem dessa diferenciação entre alternativas econômicas e as que se dão em outras esferas; Lukács utiliza o exemplo da figura de Dom Quixote, personagem que representa “essa tensão entre a apaixonada rejeição da necessidade, objetivamente progressista, do desenvolvimento social e a identificação igualmente apaixonada à integridade moral do gênero humano” (Lukács, 2013, p. 121). Para além desses antagonismos produzidos pela esfera econômica entre “a essência objetiva de seu processo e suas respectivas formas na vida humana”, a “legalidade imanente à economia”

faz do antagonismo um dos fundamentos ontológicos do desenvolvimento social em seu conjunto (...) o pertencimento a uma classe e a participação na luta de classes determinam fortemente as decisões vitais de cada membro da sociedade.

Estamos, assim, diante de alternativas que se orientam para valores que, muitas vezes, assumem a forma de conflitos “insolúveis entre deveres”, e isto porque:

nessas alternativas o conflito não se dá apenas entre o reconhecimento de um valor como ‘o que’ e o ‘como’ da decisão, mas determina a práxis como um conflito entre valores concretos, dotados de validade concreta; a alternativa está orientada a uma escolha entre valores que se opõem mutuamente Lukács, 2013, p. 121)

Tal fato, alerta Lukács, não nos autoriza a validar uma tese relativista em relação em valores, ao contrário, deve nos levar a afirmar o caráter dinâmico das substâncias. E, nessa perspectiva, o autor ressalta que “em todo por prático é intencionado – positiva ou negativamente- um valor”. Contudo, não é possível afirmar que os valores são apenas sínteses sociais de atos de pôr prático, mas é correto afirmar

---

9 Grifos nossos.

que “os valores não poderiam adquirir uma relevância ontológica na sociedade se não se tornassem objeto de tais pores” (Lukács, 2013, p. 122). Na verdade, a gênese ontológica do valor “é a transformação ininterrupta da estrutura do próprio ser social, e é dessa transformação que emergem diretamente os pores que realizam o valor” (Lukács, 2013, p. 122).

Voltando à tese marxista das condições materiais como para a história dos seres humanos, Lukács explica: os homens

Respondem - mais ou menos conscientemente, mais ou menos corretamente- às alternativas concretas que lhes são apresentadas a cada momento pelas possibilidades do desenvolvimento social. Nisso, portanto, já está implicitamente contido o valor” Lukács, 2013, p. 122).

O valor não tem, portanto, sua fonte vinculada a qualquer perspectiva apriorística; mas tem um caráter de ser que é ontológico social; é “uma relação entre fim, meio e indivíduo e por isso possui um ser social” (Lukács, 2013, p. 123) Não é possível separar as alternativas das decisões individuais, contudo, o

significado da resolução de alternativas para o ser social depende do valor, ou melhor, do complexo respectivo das possibilidades reais de reagir praticamente ante a problematidade de um *hic et nunc* histórico social. Desse modo, aquelas decisões que realizam em sua forma mais pura essas possibilidades reais- afirmando ou negando o valor- realizam em cada estágio de desenvolvimento, uma exemplaridade negativa ou positiva (Lukács, 2013, p. 123)

Os valores são, portanto, “componentes moventes e movidos do conjunto do desenvolvimento social” (Lukács, 2013, p. 124) e só é possível apreendê-los, no processo histórico. Nesse processo, há valores que se tornam socialmente necessários. Há valores que

(...) requerem um aparato institucional que, por certo, podem assumir formas muito variadas a fim realizar-se socialmente (direito, Estado, religião) e há casos em que as objetivações do espelhamento da realidade se tornam portadoras de valores, fatores que induzem a pôr valores, etc”. Tais valores estão em relações e inter-relações concretas e só podem ser apreendidos mediante uma exposição orientada à totalidade do ser social.

O desenvolvimento dos valores é, portanto, histórico-social. Os que não entendem esse fato, partem da hipótese dos valores como “puras entidades espirituais”, atemporais, ou vê neles apenas os reflexos subjetivos dos processos objetivos sobre os quais a práxis dos homens não podem influir” (Lukács, 2013, p. 155)

Outra categoria fundamental para a práxis humana é a liberdade. E na análise de sua gênese a partir do trabalho, um primeiro aspecto a ser considerado é o caráter alternativo dos pores teleológicos neles existentes. (Lukács, 2013, p. 137/138). Isto porque, quando a consciência decide, em termos alternativos, “qual finalidade quer estabelecer e como se propõe a transformar cadeias causais corrente em cadeias causais postas, como meio de sua realização surge um complexo dinâmico que não encontra paralelo na natureza” (Lukács, 2013, p. 138). É nesse processo, que segundo Lukács, é possível pesquisar a gênese da liberdade. E, partir deste ponto de partida, o autor faz o que denomina de uma primeira aproximação à liberdade: ela é “aquele ato de consciência que dá origem a um novo ser posto por ele” (Lukács, 2013, p. 138). Demarca que, com essa aproximação, é possível sinalizar dois aspectos que são contrários à perspectiva idealista sobre liberdade:

em primeiro lugar, se pretendemos falar racionalmente dela [da liberdade]<sup>10</sup> como mento da realidade, em uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas; se a questão da escolha é posta num nível mais alto de abstração que a separa do concreto, ela perde toda sua relação com a realidade e se torna uma especulação vazia. Em segundo lugar, a liberdade é em última instância, um querer transformar a realidade (o que, em determinadas circunstâncias, inclui a conservação das coisas como estão), o que significa que a realidade, enquanto finalidade de transformação, não pode deixar de estar presente, mesmo na abstração mais ampla” (Lukács, 2013, p. 138).

O autor ressalta que essas considerações são válidas, também, para “uma intenção que por uma decisão, que através de mediações está orientada à transformação da consciência de outro homem ou da própria consciência” (Lukács, 2013, p. 138), ou seja, a práxis que se inscrevem no processo de desenvolvimento social. Levanta, em seguida, outra questão: a que se refere à “a determinidade externa ou interna da decisão”, ou seja, a questão em se que postula se tal determinidade pode ser tomada como “critério de sua liberdade” (Lukács, 2013, p. 138). E adverte que para o homem que vive em sociedade e age socialmente, a liberdade “jamais se encontra sem determinação” (Lukács, 2013, p. 138); ou seja, não há como deixar de considerar a “a existência objetiva de pontos nodais na cadeia das decisões” (p. 139). Mas, é importante considerar que esse fato nos coloca diante de uma outra questão “significativa da determinidade do sujeito da alternativa: o necessário desconhecimento das suas conseqüências ou pelo menos parte delas” (Lukács,

---

10 Colchetes nossos.

2013, p. 139). Trata-se de algo que é anterior à própria alternativa, como explica Lukács:

É fácil ver como a própria vida cotidiana coloca ininterruptamente alternativas que aparecem de forma inesperada e, com frequência, têm que ser respondidas de imediato sob pena de ruína; uma determinação essencial da própria alternativa consiste em que a decisão deve ser tomada sem que se conheçam a maioria dos componentes, a situação, as consequências etc. No entanto, mesmo assim, permanece contido um mínimo de liberdade na decisão; também nesse caso (...) trata-se sempre de uma alternativa, e não de um fato natural determinado por uma causalidade espontânea” (Lukács, 2013, p. 139).

No trabalho com o sentido de mero produtor de valores de uso, o “sujeito que põe alternativas em termos de um metabolismo do homem com a natureza é determinado apenas pelas suas necessidades e pelos conhecimentos que tem a respeito dos dados naturais do seu objeto” (Lukács, 2013, p. 140); mas em formas mais complexas de trabalho o conteúdo da liberdade se diferencia; se amplia. Nestas formas: “quanto maior for o conhecimento das cadeias causais que operam em cada caso, tanto mais adequadamente elas podem ser transformadas em cadeias causais postas, tanto maior será o domínio que o sujeito exerce sobre elas, ou seja, a liberdade que ele aqui pode alcançar. (Lukács, 2013, p. 140).

Postas estas reflexões, e na crítica às tendências filosóficas que partem da oposição entre liberdade e necessidade (idealismo, teologia e a oposição materialista que levanta contra elas), Lukács retoma, a afirmação de que o trabalho, o processo teleológico que constitui, volta-se para a realidade; é um processo no qual “o homem real se defronta com toda realidade em questão”. Assim, a necessidade, nesse processo é “apenas um componente, mesmo que muito importante, do complexo da realidade em questão” Lukács, 2013, p. 145). Não se trata, portanto de uma dicotomia entre liberdade e necessidade. O trabalho é um despertar de possibilidades que, até então, “ estavam adormecidas no homem” (Lukács, 2013, p. 146) , na medida em que, no trabalho se dá a busca para adequar propriedades de um objeto à finalidade humana. Essas propriedades “devem, então, estar objetivamente presentes, na medida em que pertencem ao ser do objeto” (da coisa concreta (*Gegenstand*)<sup>11</sup> em questão, e, no entanto, em geral permanecem, em

---

11 Parênteses nossos.

geral, latentes no seu ser natural, são meras possibilidades”. (Lukács, 2013, p. 146).

Ou seja, o trabalho aciona movimentos que se “transformam de meras possibilidades em habilidades, que num desenvolvimento contínuo, permite que possibilidades novas amadureçam no homem até converterem-se em realidades” (Lukács, 2013, p. 146). Contudo, é necessário, também, nos lembra Lukács, prestar atenção nas contingências. E isto porque, como salienta o autor, a heterogeneidade ontologicamente condicionada do ser natural implica que toda atividade se entrecruze continuamente com contingências. E essa atenção pode ter um sentido negativo, “quando (...) é orientada no sentido de eliminar, compensar, tornar inócuas eventuais consequências de contingências desfavoráveis” ou um sentido positivo: “quando constelações contingentes (causais) estão em condições de aumentar a produtividade do trabalho”. Liberdade, na direção posta neste último sentido, entendida “como movimento livre na matéria”, só é “só é possível quando a realidade em questão é corretamente conhecida sob todas as formas que assumem as categoriais modais e é corretamente convertida em práxis” (Lukács, 2013, p. 147).

Mesmo no trabalho submetido a mudanças essenciais em relação a seu estágio primário estão presentes determinações que surgem geneticamente do processo de trabalho e que são importantes para análise da liberdade. E, Lukács nesta direção afirma:

Certamente os processos, as situações, etc, sociais são, em última análise, gerados por decisões alternativas dos homens, mas não se deve esquecer que eles só podem tornar-se socialmente relevantes importância social quando põem em marcha (funcionamento) séries causais que se movem mais ou menos independentemente dos propósitos de (ser em lhes deu origem, (pôs) de acordo com as legalidades próprias e imanentes (leis específicas imanentes a elas). Por isso, **o homem que age de modo prático na sociedade encontra diante de si uma segunda natureza, em relação à qual, se quiser manejá-la com sucesso (...) deve comportar-se da mesma forma que com relação à primeira natureza, ou seja, deve procurar de transformar o curso das coisas que é independente de sua consciência, num fato (processo) posto por ele; deve, depois de ter-lhe conhecido a essência, imprimir-lhe a marca da sua vontade. Isso é o mínimo que toda práxis social razoável tem de extrair da estrutura originária do trabalho.** (Lukács, 2013, p. 151).<sup>12</sup>

---

12 Grifos nossos.

E o autor considera que o movimento da realidade segue indiferente às nossas decisões; mas é fundamental conhecê-los, e corretamente, para que seja possível o domínio prático. A “legalidade natural e imanente” do “acontecer social” é um processo que se move à revelia das alternativas que temos, contudo, ao intervir “no decurso do processo”, o homem toma, necessariamente, uma posição: aprova ou rejeita. E, “ se isso acontece de modo consciente ou não, com uma consciência correta ou falsa” é uma outra questão. O que o autor pretende reafirmar é que práxis que influi diretamente sobre o caráter da liberdade: “ surge um novo tipo de “liberdade, que já não se pode deduzir-se diretamente do mero trabalho, nem pode remontar tão somente no livre movimento da matéria (Lukács, 2013, p. 151- 152). No decorrer do desenvolvimento social. alguns aspectos essenciais permanecem como “o por teleológico junto com a alternativa que nele se acha contida”; como a “ a interação íntima e indissolúvel de determinidade e liberdade que caracteriza o por teleológico” (Lukács, 2013, p. 152). Mas, dentre as mudanças, a mais significativa, é a que se refere à relação entre meio e fim. Diferente do que ocorre no estágio mais primitivo entre meio e fim,

uma vez surgidas as sociedades, qualquer questão pode ser resolvida em direções diversas: depende do ponto de vista de classe a partir do qual se busca a resposta para o dilema. E também é óbvio que com a crescente socialização da sociedade, estas alternativas que fundam pores alternativos vão adquirindo maior amplitude e profundidade” (Lukács, 2013, p. 152).

Nas formas mais desenvolvidas de práxis não se trata de apenas de conhecer “causalidades naturais que, em si mesmas, operam sem modificações” , mas o “pores causais que agora devem realizar-se nos meios é (...) de caráter social”. Trata-se, assim, de possíveis decisões alternativas dos homens e, por isso, “de algo que, por princípio não é homogêneo e que, além disso, se encontra em ininterrupta mudança”. Além desse fato, ressalta-se, que nessas formas mais desenvolvidas, revela-se a “contradição entre por do fim e a ação duradoura dos meios”. Diante desse fato, revelam-se, historicamente, duas tendências:

racionalmente adequados para determinados pores de fins “subitamente” se revelam inteiramente falhos, catastróficos e, de outro lado, que é impossível – até do ponto de vista de uma ética autêntica – organizar a priori uma tabela racional dos meios admissíveis e não admissíveis. (Lukács, 2013, p. 153).

O contraponto a tais tendências só é possível quando:

as motivações morais, éticas dos homens apareçam como momentos reais do ser social- com maior ou menor eficácia – sempre no interior de complexos sociais contraditórios, mas unitários em sua contraditoriedade, constituem, no entanto, componentes reais da práxis social; desse modo, por sua própria constituição, desempenham um papel decisivo para estabelecer se é adequado ou inadequado, justo ou reprovável determinado meio (...) para a realização de um fim. (Lukács, 2013, p. 153).

Entretanto, Lukács sinaliza cuidados a serem tomados a partir dessa caracterização e, dentre esses está a certeza de que as decisões subjetivas nas alternativas é, em primeiro lugar, um fenômeno social” (Lukács, 2013, p. 155). Ou seja:

o próprio processo objetivo, como consequência de seu desenvolvimento superior, sugere tarefas que só podem ser postas e mantidas em marcha através da crescente importância das decisões subjetivas. No entanto, todas as valorações que alcançam validade nessas decisões subjetivas estão ancoradas na objetividade social dos valores, na importância destes para o desenvolvimento objetivo do gênero humano, e tanto a sua validade ou não validade quanto à intensidade e duração de sua ação são, em última análise, resultados desse processo social objetivo. (Lukács, 2013, p. 154).

Reitera que na luta constante pelo constante autodomínio que os homens seguem o próprio aperfeiçoamento e não é por acaso, que o debate filosofia moral tenha sua centralidade no “comportamento verdadeiramente humano”. E que

independente da consciência que o executor do trabalho tenha, ele, nesse processo, produz a si mesmo como membro do gênero humano e, desse modo, o próprio gênero humano. Pode-se dizer, de fato, que o caminho do autocontrole, o conjunto das lutas que leva da determinidade natural dos instintos ao autodomínio consciente, é o único real para chegar à liberdade humana real (...) a conquista do domínio sobre si mesmo, sobre a própria essência, originalmente apenas orgânica, é indubitavelmente, um ato de liberdade, um fundamento de liberdade para a vida do homem” (Lukács, 2013, p. 156).

A liberdade, nessa perspectiva, ou seja, que tem seu modelo no trabalho, longe da máxima existencialista que afirma que o homem é condenado a ser livre, se inscreve no “domínio genérico sobre sua própria singularidade particular, puramente Natural”.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A leitura atenta às interlocuções e debates que Lukács estabelece com filósofos que se destacam como expoentes na construção de matrizes ontológicas que sustentam perspectivas diversas e, adversas, em relação à ética (sobretudo, a partir da modernidade e, no campo do idealismo alemão) nos auxilia a entender a centralidade do trabalho como modelo de toda práxis social e, portanto, também

como solo ontológico em que se situa a gênese de categorias como valor, dever ser e liberdade que são fundamentais para a sustentação da ética como práxis de segunda ordem.

Ressalta-se, contudo, que a riqueza dessas interlocuções e debates conduz a uma série de pesquisas a serem construídas, a exemplo do necessário debate entre determinismo e liberdade. Foi possível observar o cuidado do autor ao evidenciar essas categorias, dever-ser, valor e liberdade, na perspectiva materialista, histórica e dialética, na qual se evidencia a perspectiva de totalidade que subsidia a complexidade do debate proposto por ele, e , ao qual, buscou-se uma primeira aproximação através de leitura estrutural. Cumpre explicar que nós, pesquisadoras e os pesquisadores envolvidos na pesquisa em questão, já tínhamos ao longo de nossas trajetórias construído aproximações às reflexões desse autor, sobretudo, com auxílio de comentadores sobre sua obra na área do Serviço Social. Mas, entendemos que toda e qualquer reflexão sempre nos conduz a uma série de questionamentos e é nessa direção que, a finalização da leitura que em parte está socializada nesse artigo, nos auxilia na tarefa proposta na pesquisa sobre a transversalidade da ética na formação profissional, em andamento.

#### **4. REFERÊNCIAS**

HELLER.A.O cotidiano e a História. São Paulo, Paz e Terra.2008.8ª.edição.

LUKÁCS, G. Para uma Ontologia do Ser Social I. São Paulo. Boitempo Editorial. 2012.

LUKÁCS, G. Para uma Ontologia do Ser Social II. São Paulo. Boitempo Editorial. 2013

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do Pensamento e da Atividade do homem. Cadernos NEAN 1. São Paulo. PUC, 1997.

,